

## **RÉPLICA 2 – UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE**

**Elisângela de Jesus Furtado da Silva<sup>1</sup>**

A universidade pública, enquanto organização, não pode ser entendida a partir de um uníssono. Isso significa que seu sentido está ligado a um código social específico, composto por dimensões distintas como a política, a economia, a sociedade e a educação. Em conjunto, elas representam expectativas e tensionamentos muito particulares no tempo e espaço. Em razão desse aspecto, que acredito ser peculiar a esse tipo de organização, qualquer tentativa de sua apreensão na totalidade de sua complexidade é uma pretensão frustrada.

Não obstante, o esforço de realizar leituras e análises pode ser encarado como uma capacidade, mais que isso, um compromisso daqueles que a compõe, já que se trata de um grupo social produtor e disseminador de um tipo de conhecimento crítico ao compartilhado socialmente e que por isso, apresenta a peculiaridade de refletir sobre si mesmo enquanto organização.

Na atualidade, movimentos como o negacionismo, os consecutivos cortes de recursos e a mais recente PEC 206/19, com profundos desdobramentos sobre a universidade, funcionam como alarmes estridentes e incontornáveis e são sintomas de uma situação na qual leituras e análises sobre a organização

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/2665919288176633>. <https://orcid.org/0000-0002-0730-5160>. [elisangela.jfs@yahoo.com](mailto:elisangela.jfs@yahoo.com). Endereço para correspondência: Rua Icó, 226, Saudade, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30285-040. Telefone: Não informado.

universitária, por mais parcelares que sejam, são importantes porque se vinculam à nossa capacidade de proteger o ideal de organização que acreditamos.

Apresentadas as motivações, é pertinente citar algumas das raízes que ajudaram a emoldurar a universidade pública no Brasil e dentre as várias, destaco dois alemães, Wilhelm von Humboldt e Max Weber. Humboldt (1997) foi um dos primeiros estudos a problematizar a instituição universitária, trabalho no qual apresenta uma organização capaz de promover a liberdade, comprometida com o desenvolvimento da potencialidade humana e emancipação. Sua argumentação parece indicar que a universidade possuía a capacidade de reordenar a sociedade alemã que atravessava um momento conturbado no século XIX.

Na condição de contemporâneo da Revolução Industrial, as ideias de Humboldt (1997) encontram um contexto favorável à sua aceitação. Naquele cenário, a universidade passou a ser encarada como organização estratégica frente às possibilidades de crescimento econômico. Ora, o argumento do autor tornou-se necessária na medida em que é útil, elevada por promover a moral e legítima por se apoiar na ciência, enquanto forma de produção e disseminação de conhecimento. Daí, é plausível considerar que a prática docente, por extensão, foi vista como útil, necessária à sociedade e privilegiada em termos de lócus de produção do conhecimento. Assim, a repercussão e a aceitação da proposta do autor não são decorrentes do uso de conceitos morais elevados, mas pela apresentação de um projeto integrador, algo feito por meio da associação de um senso de utilidade da universidade em relação ao aparato tecnológico e a expansão da atividade econômica.

Weber (1993) contribuiu com a consolidação desse projeto, e nesse caso específico, aprofunda sobre questões relativas ao fazer científico e o ethos de professores universitários. Ao refletir sobre a docência em realidades distintas, o autor tece críticas que revelam justamente a vocação primeira daqueles que praticam ciência: a reflexividade. Ele problematiza seu lugar na sociedade.

Porém, um dos desdobramentos argumentativos provenientes do seu exercício, é a ojeriza à política.

Termos como ‘mediocridade’ e ‘carreirismo’ são mencionados para caracterizar relações mediadas pela política, constituindo assim uma dimensão contaminada por disputas e conflitos de interesse. Para ele, o professor deve ater-se aos fatos e deixar que os discentes façam seus próprios julgamentos e decidam por si. Ele é categórico ao afirmar que a política não cabe ao docente, e que o lugar da crítica é a rua, não a cátedra.

Talvez, à uma análise apressada, a intenção do autor fosse a de promover uma assepsia na atividade docente, colocando-a acima de disputas de interesses, quer sejam políticos-práticas ou partidários, como ele mesmo diferencia (Weber, 1993, p. 21). Assim, no caminho da elevação moral da docência, o autor tenta a desvencilhar das motivações mesquinhas, egoístas e individualistas que cercam a política, as reduzindo a “simpatias subjetivas”.

Porém, proponho atenção especial a aquilo que o autor descarta. Sua lógica racional despreza tudo que excede o conhecimento proveniente do conhecimento e da experiência, e com isso, negligencia o fato de que o fazer o fazer científico é um percurso que tem início em interesses sempre particulares.

O que nos motiva a ler tanto sobre o assunto no qual debruçamos? O que explica nossa preocupação em apurar a forma como descrevemos aquilo que aprendemos, seja na forma de textos, da exposição em salas de aula ou mesmo nas conversas descontraídas em fins de semana?

Considerar que a universidade não é lugar para a discussão política é equivalente a reduzi-la a um lugar de mera reprodução, na qual seres inócuos recebem passivamente informações consideradas fatos inquestionáveis. A capacidade

criativa e criadora, a famigerada inovação e até mesmo a tal emancipação propalada desde o Iluminismo, são inseparáveis da criticidade.

Ressalto que não é minha intenção tributar a cultura do vilanismo à política aos citados polímatas alemães, cujo nível de contribuição é inegável para ciência moderna. O que apresento é um apenas um recorte que procura problematizar raízes ligadas ao comportamento apolítico no atual cenário. Creio que esse exercício é um primeiro passo necessário para tratar os projetos e entender as disputas que os cercam. Ou seja, creio que visões de pensadores considerados grandes referências no campo acadêmico, criaram a sensação de que a atividade docente por si só é moral, útil e elevada e que problematizar esse fazer no ponto de vista político não é adequado, necessário e até inadmissível.

Meu percurso acadêmico é ínfimo, perante as trajetórias dos professores Pedro Demo e José Henrique de Faria. Contudo, ao longo da minha jornada, notei que, enquanto discentes, não somos estimulados a refletir sobre nossos interesses e preferências. Ao invés disso, quando nos voltamos aos teóricos clássicos, aprendemos de forma explícita justamente o oposto. Se nas salas de aula não há discussão aberta sobre o que nossas preferências indicam, há teóricos que, de forma escancarada, consideram que a exposição de preferências não é desejada e adequada.

O fato é que, não admitir tal discussão, não exclui a dimensão política na e da universidade, e indubitavelmente, somente indica o nível de miopia com o qual temos lidado com o cenário atual. Nessa situação, nos colocamos passivamente como receptores de desdobramentos que não nos interessam, porque de alguma forma, acreditamos não sermos responsáveis por esse cenário e que também não temos margem suficiente para promover alguma mudança. Talvez isso explique porque somos testemunhas de tantos processos que representam retrocesso à universidade pública. Enquanto a maior parte de nós prefere se

abster das implicações políticas, alguns têm contribuído ativamente para mudar a organização da forma como a conhecemos.

Tudo muito bem justificado, diga-se de passagem. Sistemas de mensuração, como a Cientometria, denunciam uma lógica na qual o financiamento se justifica unicamente por resultados comprometidos com a dimensão econômica. Essa lógica marca uma tendência homogeneizante, problematizada por Sousa Santos (2018). Justificar aplicação de recursos por meio da mensuração é somente a forma objetiva e desproblematizada de defender tal processo. Os resultados dessa prática são nefastos, porque podem estar associados a criação de um ambiente de rivalidade que se afasta cada vez dos ideais elevados, usados para justificar as universidades.

Essa lógica em muito se assemelha às ideias discutidas por Chaui (1999), ao problematizar o conceito de 'universidade operacional', também presente em Steimberg (2020). Comecei essa discussão falando do sentido da universidade, e retomo essa ideia para afirmar que, segundo a visão da autora, estamos diante da implementação gradual do projeto de universidade pública enquanto empreendimento. Nesse cenário, o docente, cujo ethos também é tensionado pelas expectativas sociais atribuídas à universidade, tem sofrido alterações, como a ascensão do papel de 'publicadores', destacado por Faria.

Ao longo do meu percurso acadêmico ouvi, estarecida, declarações de professores favoráveis a propostas que, ao meu ver, representavam ameaça evidente à universidade, motivo pela qual propus a presente discussão. Hoje, diante das ideias expostas por Faria, é nítido que a ameaça não se endereça à organização, mas a um projeto político muito específico.

Esses projetos coexistem na universidade e são a razão de termos militantes tão empenhados no desmanche institucional. Porém, considero interessante perceber que, mesmo diante de tantos retrocessos, temos iniciativas que

florescem. Nos últimos anos, a universidade pública ampliou o acesso à grupos minoritários, iniciativa da qual sou orgulhosamente tributária. Discussões em torno da assistência estudantil, inclusive na pós-graduação, revelam o enfretamento do mito do mérito enquanto condição para acesso a programas que possibilitam a permanência de estudantes. Tem-se ainda, o crescente questionamento sobre a representatividade desses grupos entre docentes, já que é nítido o número reduzido de mulheres, pessoas negras e outros grupos, entre docentes de instituições públicas, ressaltados campos específicos, como a Educação.

A iniciativas como essas, cujo avanço revela a aderência do respeito às diferenças humanas pela universidade, soma-se o surgimento das novas e novíssimas universidades, criadas no Brasil após os anos 2000 (Lima et al., 2020). Essas instituições possuem a particularidade de assumirem compromisso político já de partida, ao apresentam práticas que valorizam a cultura, as artes e os saberes locais.

O foco regional dessas novas universidades está profundamente vinculado a um projeto político assumido, algo expresso não somente nos documentos que as institui, como se faz perceber nas práticas de nomeação de docentes, nos princípios que embasam os projetos políticos pedagógicos e nas grades curriculares. Percebo inclusive, relação de proximidade entre a motivação para a criação dessas instituições com forte caráter regionalista, com o que Demo chamou de municipalização, ao indicar melhor desempenho de discentes ligados às instituições municipais.

Tais questões dizem respeito a projetos políticos distintos que coexistem e cujos reflexos se convertem em desdobramentos muito específicos para as instituições universitárias. Se estamos em uma atividade impregnada da questão política, algumas questões emergem. Qual o projeto de universidade em que acreditamos? O que temos feito para defender esse projeto? Como esse projeto

de universidade se relaciona com aquilo que lemos, estudamos ou escrevemos? E que tipo de mudanças esse projeto pretende promover na universidade que temos?

Apelar à neutralidade não silencia essas questões, como previu Weber (1993), e muito menos pode ser considerado caminho para resolver problemas ligados à instrumentalização da universidade enquanto empreendimento, sendo o próprio autor crítico a alguns elementos desse processo. O que se tem é que não há campo de abstenção quando o assunto inclui projeto de universidade. As disputas em torno desses projetos ocorrem em nosso cotidiano. Conhecer, compreender e nos posicionarmos em relação a isso é uma opção, mas nossa implicação não. De forma consciente ou não, nossa postura coopera ativamente para a consolidação de um projeto de universidade.

Ao que me parece, o desafio de nos localizarmos no cenário político só encontra tensão semelhante em outro aspecto: nossa capacidade de dialogar com a sociedade para além de nossas publicações. Aqui novamente recorro à história, na busca de problematizar tal situação e nessa toada, um sintoma de nossa dificuldade pode ser identificado no sentido atual associado ao termo 'vulgarização da ciência'.

O emprego do termo *vulgarisation*, de origem francesa, foi cunhado durante o século XIX, e o intuito era o de tornar o conhecimento científico acessível a todos. A ideia era a de compartilhar a ciência por todos os formatos de comunicação disponíveis à época, de modo que as pessoas comuns, leigas tivessem acesso e compreendessem as ideias e os achados provenientes do campo científico. O mesmo ocorreu no Brasil, no mesmo período, momento no qual diversas figuras compartilhavam conteúdo científico, dando origem, inclusive, a um tipo de publicação específica, os periódicos científico-literários. De acordo com Fonseca (2018), na segunda metade do século XIX, houve intenso

crescimento da imprensa especializada na vulgarização do conteúdo científico, algo conectado com a expansão e promoção social das instituições de ensino.

Linguagem amigável, acessível, associações entre literatura e temáticas científicas eram alguns dos traços comuns aos intelectuais que se ocupavam de disseminar conhecimento para além do campo acadêmico. Gomes e Hansen (2016), ao estudarem as práticas de tal grupo, concluíram que atuavam como mediadores culturais, marcados pela dimensão política.

É notório que desde o século XIX até o presente momento, a expressão vulgarização científica passou por um processo de ressemantização. Atualmente, parece que o termo com sentido mais próximo seja o de divulgação científica. Porém, ao analisarmos as práticas de disseminação de conhecimento naquele século e as atuais, é possível perceber que em muito se distinguem.

As razões para isso são obviamente múltiplas. Vou me ater a considerar que o movimento de contração da discussão científica no cotidiano, tensiona de forma negativa o campo político no qual estão imersas as universidades. Em um cenário em que toda ação só é útil na medida em que alimenta um indicador, a divulgação científica recebe tanta ou menos atenção que a extensão universitária. É possível ainda associar a isso, à depreciação observada à vulgarização científica, interpretação que faz com que especialistas acreditem que tornar populares conhecimentos científicos, os pejora de alguma forma.

A preocupação acerca da dimensão política da universidade indica que nossos interlocutores dizem respeito a mais pessoas que somente nossos pares no campo acadêmico. Divulgar nossas ideias, compartilhar achados e incluir as pessoas leigas no debate precisam ser encaradas como estratégias que, não representam desvalorização da universidade, antes, porém, a aproxima da sociedade sob uma ótica horizontal.



Assim, o conhecimento sobre as disputas ligadas à dimensão política da universidade, o posicionamento em relação aos distintos projetos e ampliação da discussão à sociedade podem ser vistas como passos para uma prática docente reflexiva e consciente, e que nos torna capazes de construirmos a universidade que queremos, nos termos de Darci Ribeiro.

## REFERÊNCIAS

Chauí, Marilena (1999). A universidade operacional. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 4(3), 3-8.

Fonseca, Maria R. F. (2018). A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação. Imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. *Varia Historia*, 66(34), 637-668.

Gomes, Angela C. & Hansen, Patrícia S. (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lima, Manolita C. & Prolo, Ivor, Assumpção, Solange B, & Leal, Fernanda (2021). *Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas*. Blumenau: Furb.

Sousa Santos, Boaventura. (2018). Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Conferencia inaugural de la CRES 2018. *Integración y Conocimiento*, 7(2), 8-21.

Steimberg, Rodrigo (2020). Sobre la crítica al reproductivismo en educación: escuela y Estado en el trabajo de Louis Althusser. *Trabajo y Sociedad*, 34(21), 111-120.

von Humboldt, Wilhelm (1997). Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In Gerhard Casper & Wilhelm von Humboldt. *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro: EdUERJ.

## **RÉPLICA 2 – UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE**

### **Resumo**

Esse texto é inspirado na mesa de discussão realizada no XI ENEO, cujo tema foi Universidade Pública: um projeto em disputa na contemporaneidade. As reflexões aqui representam olhares distintos sobre a universidade sendo composta pela proposição inicial de José Henrique de Faria, réplicas de Pedro Demo e Elisângela de Jesus Furtado da Silva, e por fim, a tréplica por José Henrique de Faria. A discussão problematiza a crescente perda de autonomia da organização, as históricas contradições e dilemas atuais e exprimem faces de projetos políticos distintos. Considera-se que, o que se encontra em disputa não é projeto de universidade pública, mas o projeto de Educação Transformadora e educação bancária, a primeira como emancipação e a segunda como reprodução. Nesse cenário, aqueles que ainda defendem a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada não podem estar desatentos, alienados, omissos e passivos diante dos projetos que estão em disputa.

**Palavras-chave:** Universidade. Política. Educação Transformadora.

## REPLICA 2 – LA UNIVERSIDAD PÚBLICA: UN PROYECTO EN DISPUTA EN LA CONTEMPORANEIDAD

### Resumen

Este texto se inspira en la mesa redonda celebrada en el XI EnEO, cuyo tema fue La Universidad Pública: un proyecto en disputa en la época contemporánea. Las reflexiones aquí expuestas representan diferentes puntos de vista sobre la universidad, estando compuestas por la proposición inicial de José Henrique de Faria, las réplicas de Pedro Demo y Elisângela de Jesus Furtado da Silva y, por último, la réplica de José Henrique de Faria. El debate considera que lo que está en disputa no es el proyecto de universidad pública, sino el proyecto de Educación Transformadora y la educación bancaria, la primera como emancipación y la segunda como reproducción. En este escenario, quienes aún defienden la Universidad Pública, Gratuita, de Calidad y Socialmente Referenciada no pueden mostrarse desatentos, ajenos, omisos y pasivos ante los proyectos que están en disputa.

**Palabras clave:** Universidad. Política. Educación Transformadora.

## REPLY 2 – PUBLIC UNIVERSITY: A PROJECT IN DISPUTE IN CONTEMPORANEITY

### Abstract

This text is inspired by the discussion panel held at the XI ENEO, whose theme was Public University: a project in dispute in contemporary times. The reflections here represent different views about the university, being composed of the initial proposition by José Henrique de Faria, the replies by Pedro Demo and Elisângela de Jesus Furtado da Silva, and finally, the rejoinder by José Henrique de Faria. The discussion problematizes the organization's growing loss of autonomy, the historical contradictions and current dilemmas, and expresses faces of distinct political projects. It is considered that what is in dispute is not the public university project, but the project of Transformative Education and banking education, the first as emancipation and the second as reproduction. In this scenario, those who still defend the Public, Free, Quality and Socially Referenced University cannot be inattentive, alienated, omissive and passive before the projects that are in dispute.

**Keywords:** University. Politics. Transformative Education.

## CONTRIBUIÇÃO

### **Elisângela de Jesus Furtado da Silva**

A autora declara ser o único responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

## CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A autora declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos que viabilizaram a realização do estudo em que os dados desta contribuição foram obtidos.

## COMO CITAR

Silva, Elisângela J. F. (2022). Réplica 2 – Universidade pública: um projeto em disputa na contemporaneidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 423-436.